

## O “DESASTRE EM MARIANA - RIO DOCE”: COMO AS UNIVERSIDADES PODEM INTERVIR?

CLÁUDIA ANDRÉA MAYORGA BORGES  
BENIGNA MARIA DE OLIVEIRA

### Introdução

Na região de Mariana, no dia 5 de novembro de 2015, aconteceu um dos mais graves desastres ambientais e sociais da história de Minas Gerais, sem precedentes no Brasil. Trata-se do rompimento da barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, a 35 quilômetros de Mariana e a 125 quilômetros de Belo Horizonte (MG). A barragem, de propriedade da Samarco Mineração S.A., empresa controlada pela Vale S.A., uma das maiores mineradoras do mundo, e pela BHP Billiton, multinacional anglo-australiana com atuação nos segmentos de petróleo e mineração, resultou no despejo de mais de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, como minério de ferro, sílica e metais pesados, na parte alta do rio Gualaxo do Norte, que em seguida atingiu o leito do rio do Carmo e do rio Doce, passando dessa forma, por Minas Gerais, Espírito Santo, até chegar ao mar.

Dois anos depois dos acontecimentos, os efeitos do rompimento da barragem seguem sob análise. É certo que os impactos e repercussões são múltiplos e há danos irreparáveis. O desastre, que poderia e deveria ser evitado, contém implicações materiais e imateriais, ambientais, culturais, sociais, históricas, econômicas e também afetivas. Os rejeitos provocaram mortes de trabalhadores da empresa e moradores e moradoras das comunidades atingidas, deslocamento de populações, devastação de localidades e consequente desagrega-

ção dos vínculos sociais das comunidades, destruição de estruturas públicas e privadas (edificações, pontes, ruas etc.), destruição de áreas agrícolas e pastos com perdas de receitas econômicas, interrupção da energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candongá, Aimorés e Mascarenhas), destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa da mata atlântica, mortandade de biodiversidade aquática e fauna terrestre, assoreamento de cursos d'água, interrupção do abastecimento de água, da pesca por tempo indeterminado, do turismo, perda e fragmentação de *habitats*, restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas, alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada, sensação de desamparo da população (IBAMA, 2015; Losekann & Milanez, 2016).

O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CD-DPH), de 2009, já enfatizava que: “o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (CDDPH, 2009)

O processo de reconstrução das cidades, das comunidades e dos projetos de vida atingidos, direta e indiretamente, pelo desastre e também, os processos de reparação à população atingida têm sido longos, complexos, conflituosos, com necessidade de apoio de diversas ordens. Logo após o rompimento da barragem, foram realizadas medidas e apoios mais imediatos, referentes ao acesso à água, vestuário, alimento e espaço para abrigo, os quais contaram com contribuições da população em geral, prefeituras dos municípios atingidos, movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos vinculados às universidades.

Contudo, um processo de reconstrução, reparação e compensação que seja comprometido com a vida e direitos das populações atingidas, tem exigido um trabalho intenso, e que se estenderá, segundo diversas análises, por um longo prazo. Questões relacionadas ao meio ambiente, moradia, trabalho, saúde, educação, cultura e lazer e muitas outras exigem tempo para elaboração, reflexão e reconstrução. Além disso, o processo de reparação e compensação dos danos materiais e imateriais à população atingida tem sido um campo conflituoso e de repetidas violações aos direitos humanos.

Vários atores têm participado ativamente nesse processo: mídia, organizações não governamentais, associações religiosas; foram criadas forças-tarefa nos âmbitos municipal, estadual e federal. Temos acompanhado uma intensa ação dos Ministérios Públicos Estadual e Federal: a Fundação Renova, criada a partir de um acordo não legitimado por diversos setores da sociedade para gerir os recursos e os programas de reparação aos atingidos; os movimentos sociais de atingidos por barragens e outros. Entre esses atores, as universidades

também estão presentes na elaboração de diagnósticos sociais e ambientais, no apoio às ações dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, na realização de ações de intervenção psicossocial, na colaboração com a organização social e política dos atingidos, na produção de conhecimento que contribua para a resolução dos problemas concretos que o rompimento da barragem gerou. É importante destacar que o problema do desastre é um dos aspectos de uma problemática histórica e estrutural do estado de Minas Gerais e do Brasil, relacionada a diversos aspectos como a dependência econômica da mineração, o lugar das multinacionais na economia e Estado brasileiro, as relações de trabalho, as fragilidades dos processos de licenciamento e fiscalização ambientais, a desigualdade que marca a experiência de grupos sociais como os pequenos agricultores e agricultoras rurais, ribeirinhos, comunidades indígenas e quilombolas e outros.

Em relação às universidades, sobretudo às universidades públicas, o desastre também coloca desafios e questões centrais: como tem sido a relação da universidade com outros setores da sociedade? A partir de quais parâmetros essa relação tem se estabelecido? Como tem efetivado o exercício da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no enfrentamento dos problemas complexos que marcam a sociedade brasileira? Como as universidades têm cumprido sua função social e pública?

Todas essas questões nos colocam diante da urgência de debatermos e repensarmos, de forma aprofundada e continuada, não somente os interesses dos diversos setores da sociedade em relação à questão (Zhourri *et.al.*, 2016), mas de forma mais estrutural, as instituições brasileiras, as concepções de sociedade, de ciência e de universidade vigentes, com intuito de projetarmos e colaborarmos com a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação e exclusão (Haraway, 1995; Mayorga *et.al.*, 2010).

## **A experiência do Programa Participa UFMG**

*O papel da universidade é esse mesmo: tornar o conhecimento mais próximo, mais acessível. Reformular algumas metodologias que não sejam tão científicas, que sejam mais acessíveis ao povo atingido.*  
Márcia Maria Lima – Atingida de Colatina (ES) Participante do Fórum SOS Rio Doce

Nos dias subsequentes ao rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (Proex UFMG), junto com representantes da Pró-Reitoria de Extensão e professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), realizou visita a Mariana e ao distrito de Barra Longa para iniciar uma aproximação mais sistemática da realidade, tanto ambiental, quanto social, econômica e cultural da

região, em diálogo com moradores e moradoras<sup>1</sup>. Já nessa primeira aproximação, foi possível identificar aspectos que revelaram a complexidade da situação – pelos efeitos brutais do rompimento da barragem e também pelos diversos interesses que já puderam ser identificados naquela primeira e breve visita.

A presença de representantes da empresa Samarco S.A. na localidade, informando a todos que se aproximavam, que “o rio não estava morto”, que “as ações de reconstrução já estavam sendo iniciadas”, já indicava o que veio a se confirmar ao longo de todo o processo pós-desastre: a presença incisiva de práticas e discursos para amenizar as consequências do desastre e, as reparações necessárias que vulnerabilizaram e vulnerabilizam ainda mais a população atingida. Um exemplo, são as disputas “discursivas” sobre como nomear os acontecimentos (acidente, tragédia, desastre, crime) que, dois anos após o rompimento da barragem, seguem em debate. Tal processo não tem ocorrido sem resistências individuais e coletivas e sem problematizações técnicas e políticas. Além disso, a presença de grupos de diversas universidades, de áreas distintas do conhecimento, abordando a população e analisando o território atingido, sem nenhuma articulação, nos fez refletir sobre os impactos positivos e negativos que essa inserção fragmentada e a partir de atores e interesses muito diversos poderiam ter sobre a população atingida que, por inúmeras vezes, apontou para os excessos de abordagens e solicitações.

Com intuito de colaborar com a população e territórios atingidos, a UFMG lançou em dezembro de 2015, o programa *Participa UFMG: Mariana – Rio Doce* que, em um primeiro momento, realizou uma chamada à comunidade acadêmica, com intuito de fazer um levantamento junto a grupos de extensão e pesquisa, de iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas na região de Mariana e em toda extensão do rio Doce. Buscou-se identificar também grupos interessados em colaborar com os problemas, de diversas ordens, causados pelo desastre. Como instituição universitária comprometida com o ensino, a pesquisa e a extensão, a UFMG teria condições de colaborar com muita qualidade, com conhecimentos técnicos, metodologias de pesquisa e intervenção das diversas áreas do conhecimento, para a resolução dos problemas decorrentes do rompimento da barragem. A essa primeira chamada, 52 grupos de diversas áreas se inscreveram no Programa e se disponibilizaram a colaborar com atividades de pesquisa e extensão junto aos problemas relacionados a danos ambientais (50,98%), danos humanos e sociais (29,41%), danos materiais e econômicos (15,68%) e problemas de governança (3,92%). Houve também um número expressivo de estudantes que demonstrou interesse em colaborar,

---

1 Nos dias seguintes ao rompimento da Barragem, grupos de extensão, ensino e pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais das áreas da saúde, veterinária, antropologia, artes, ciências biológicas e geociências, de forma espontânea, se mobilizaram para colaborar, de forma emergencial, com a população e territórios atingidos.

ainda que não estivessem vinculados a algum grupo de pesquisa ou extensão.<sup>2</sup>

Foram realizadas diversas reuniões com os grupos inscritos no *Participa*. Primeiramente, para que os participantes se conhecessem, compartilhassem pesquisas e atividades de extensão realizadas e para iniciarem uma reflexão interdisciplinar sobre o problema do desastre, com intuito de elaborar um programa de ações. A partir dos princípios da extensão universitária, compreendemos que os complexos problemas das sociedades contemporâneas nunca estão relacionados a um único campo do conhecimento, mas ao contrário, exigem a articulação de saberes diversos, inclusive os saberes das comunidades e populações parceiras das ações de extensão.

Nos encontros realizados, foi possível delinear alguns princípios que se tornaram centrais para o *Participa*. O primeiro deles refere-se à necessidade das ações desenvolvidas no âmbito do programa, serem construídas em diálogo com a população e organizações atingidas, com os movimentos sociais, a partir de um compromisso ético e político com os direitos humanos. O segundo, aponta para a necessidade de articular e potencializar as ações e conhecimentos produzidos para ampliação da compreensão do desastre e seus desdobramentos, ampliando também a qualidade das ações da universidade. Terceiro, a importância de produzir um conhecimento acessível, não somente a especialistas e acadêmicos da área, mas à população atingida, às políticas públicas e aos movimentos sociais. Por fim, a importância de reforçar a autonomia e função pública da universidade frente a tantos interesses privados envolvidos. Para tanto, tem sido fundamental trabalhar colocando em prática a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Destacamos algumas das ações realizadas no âmbito do Programa Participa UFMG, desde a sua criação. Essas ações são realizadas em parceria com grupos de extensão e pesquisa vinculados ao programa e, em nossa avaliação, atinge um objetivo importante do trabalho que é fomentar o debate aberto e autônomo com ações interdisciplinares junto com a população e territórios atingidos.

Além das ações indicadas a seguir, representantes do Programa Participa UFMG têm acompanhado ações de articulação com outras instituições e universidades, como é o caso dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, Movimento dos Atingidos por Barragem, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

---

2 O Programa Participa UFMG é parte do trabalho de fomento e articulação de Redes Interdisciplinares, uma das ações da política de extensão da Proex UFMG. As Redes buscam reunir e articular grupos, laboratórios e núcleos de extensão, ensino e pesquisa da UFMG em torno de temas emergenciais das sociedades contemporâneas. De caráter interdisciplinar, propõe a construção de uma agenda de troca, interlocução e cooperação continuada entre os membros da Rede em diálogo com outros setores da sociedade (políticas públicas, movimentos sociais, organizações sociais).

(SBPC), Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outros. Em relação às universidades, em setembro de 2016, foi assinado um protocolo de intenções pelos reitores da UFMG, UFOP e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), instituindo o *Observatório Interinstitucional Mariana – Rio Doce* que, atualmente, recebe apoio da FAPEMIG. O principal objetivo é constituir o Observatório como tecnologia social, com intuito de desenvolver e sistematizar pesquisas e intervenções realizadas em interação com a população atingida, diminuindo a dispersão de estudos sobre a região e disponibilizando informações e conhecimento técnico para a população, políticas públicas, pesquisadores e outras instituições. O principal produto previsto (um portal virtual) está em elaboração.

Uma das principais ações do *Participa* é a realização e apoio a eventos que proponham debates sobre os complexos problemas que envolvem o desastre. Os eventos são uma oportunidade de encontro entre os grupos vinculados ao Participa, mas também com outros interessados, pesquisadores, profissionais atuantes das políticas públicas, instituições de defesa de direitos, movimentos dos atingidos por barragem e população atingida. Dois desses eventos foram realizados em parceria com a Clínica de Direitos Humanos, programa de extensão e pesquisa vinculado à Faculdade de Direito e Ciências do Estado, inserido também no *Participa*. O debate público, “O caso Samarco: perspectivas do acordo”, discutiu as distintas perspectivas sobre o Acordo assinado em março de 2016, pelo governo federal e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com a mineradora Vale/Samarco/BHP, a respeito do montante de recursos e formas de uso na recuperação da Bacia do Rio Doce. Além dos dois convidados para a mesa redonda, o professor Onofre Alves Batista Jr, da Faculdade de Direito da UFMG e advogado Geral do Estado de MG e o Doutor Edmundo Antônio Dias, procurador do Ministério Público Federal, estiveram presentes as representantes dos povos tradicionais Shirley Djukurnã Krenak e do Movimento dos Atingidos por Barragem, Joceli Andrioli.

Por ocasião de um ano do rompimento da barragem, foi realizado o debate - “Um ano de contaminação do Rio Doce e um século de luta Krenak” - que propôs uma reflexão acerca das consequências dos efeitos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, associando-os com as diversas violações que os indígenas da etnia Krenak, atingidos pelo desastre, têm vivenciado há mais de um século, com especial enfoque no período da Ditadura Militar, no Brasil. Na mesa de debate estiveram presentes o secretário de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, Nilmário Miranda; Eduardo Saron, do Instituto Cultural Itaú e apoiador do documentário “Reformatório Krenak”, exibido durante o evento; Paulo Afonso Moreira da Comissão Estadual da Verdade MG; Douglas Krenak, representante do Povo Krenak e Dr. Edmundo Dias Netto Júnior, procurador do Ministério Público Federal.

Em 2017, três eventos foram realizados, em parceria com o projeto Mobiliza Rio Doce, vinculado ao Participa. Tal projeto surgiu do encontro entre estudantes de pós-graduação de diversas áreas (arquitetura, geografia, ciência política, psicologia, ciências biológicas) durante a Marcha realizada de Regência (ES) à Mariana (MG), “Um ano de lama e luta”, organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragem e cuja participação dos estudantes foi apoiada pelo *Participa*. A aproximação com os atingidos ao longo de toda a bacia do rio Doce foi uma oportunidade de diálogo com a população atingida e de acesso a violações e resistências pouco difundidas e visibilizadas pelos meios de comunicação. Registros fotográficos, entrevistas e registros em diário de campo foram realizados e, a partir dessa experiência, o projeto Mobiliza Rio Doce passou a realizar atividades em apoio aos atingidos.

Durante a marcha, ficou evidente a necessidade de caracterizar melhor as consequências do desastre e tal exercício não poderia acontecer sem uma intensa relação com os atingidos. A primeira atividade foi realizada em maio e consistiu no debate “Versos de outras lutas: Diálogos entre o desastre de Bhopal/ Índia e o desastre Mariana – Rio Doce”, que contou com a presença do professor Bruno Sena Martins da Universidade de Coimbra, pesquisador do desastre de Bhopal na Índia, e da professora Raquel de Oliveira do GESTA/UFMG e também, de pesquisadores e atingidos pelo desastre.

Em junho, com intuito de dialogar acerca das formas de atuação das universidades nos territórios atingidos, houve o evento “Do luto à luta: pensar a universidade a partir das resistências do rio Doce” que contou com atingidos de Minas Gerais e Espírito Santo e com uma representante do Cáritas, que tem realizado Assessoria Técnica aos atingidos na cidade de Mariana (MG).

Destaca-se ainda, como ação do Projeto Mobiliza Rio Doce, a organização da exposição *Desastre-Crime na Bacia do Rio Doce: dois anos de violações, incertezas e resistências*, que foi montada na UFMG e logo depois, na UFOP, em novembro de 2017. As pós-graduandas Cláudia Orduz, Ananda Martins e Paula Guimarães foram as curadoras da exposição. Parte do seu acervo é composto por fotos e cartazes produzidos e depoimentos coletados por alunos do curso de Geografia da UFMG, em trabalhos de campo nos municípios de Mariana e Barra Longa (MG), realizados nas disciplinas Geografia Humana do Brasil e Geografia e Recursos Hídricos. Estes trazem fragmentos da realidade das localidades e a discussão sobre as barragens de rejeitos. A programação das atividades contou ainda com a exibição do documentário *Atingidas*, produzido por participantes do jornal “A Sirene”, importante voz de resistência em Mariana e Barra Longa, feito pelos e com os atingidos e, ainda, com a realização do ‘Café socioambiental’, uma roda de conversa com integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) organizado por alunos do curso de Ciências Socioambientais da UFMG.

A Proex tem atuado também no fomento de projetos relacionados ao desastre, que teve como ação concreta, o lançamento de *Chamadas Internas* direcionadas aos projetos inscritos no *Participa*. O objetivo é apoiar as ações que têm sido desenvolvidas por meio de concessão de bolsas para estudantes. Em 2016, a *Chamada* disponibilizou bolsas de extensão para estudantes de graduação. Dois projetos foram contemplados: *Modelo de recuperação da paisagem da mata ciliar e de áreas urbanas sob impacto dos rejeitos da barragem da mineração Samarco (Mariana)*, sob a coordenação da professora Maria Rita Scotti Muzzi, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), e também, *Conservação e valores: uma declaração de significância para Bento Rodrigues*, liderado pelo professor Leonardo Barci Castriota, da Escola de Arquitetura.

Já em 2017, houve uma articulação inédita entre Proex e Pró-reitoria de Pós-graduação com a elaboração e lançamento da Chamada e avaliação das propostas submetidas. A *Chamada* visou fomentar, por meio de bolsas de extensão para graduação e pós-graduação (nível mestrado), a proposição de programas e projetos que focassem o trabalho integrado entre extensão e pesquisa junto a população e territórios atingidos. Os projetos aprovados foram *Avaliação e monitoramento de indicadores de qualidade em duas propriedades rurais no município de Barra Longa, MG*, coordenado pela profa. Adriana Monteiro da Costa do Instituto de Geociências; *Cartografias Emergentes*, coordenado pela Profa. Natacha Rena, da Escola de Arquitetura e *Observatório de conflitos ambientais: tecnologias sociais e justiça ambiental*, coordenado pela Profa. Raquel Oliveira do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH).

O programa Participa UFMG, em parceria com o Observatório Interinstitucional Mariana - Rio Doce (UFMG-UFOP-UFES) ofereceu, no segundo semestre de 2017, uma disciplina sobre o desastre de Mariana e Rio Doce. Intitulada 'Psicologia social e problemas contemporâneos: o desastre de Mariana'. A disciplina teve como objetivo, abordar questões teóricas, metodológicas, éticas e políticas relacionadas ao rompimento da barragem e suas consequências, sendo que ao final do percurso, os estudantes apresentaram produtos concretos com objetivo de contribuir com a situação vivenciada pelos atingidos. Estudantes de diversas áreas (engenharia, psicologia, geografia, antropologia e ciências ambientais) puderam visitar o território e dialogar com representantes dos atingidos. A disciplina foi ministrada pela pós-doutoranda Letícia Cardoso Barreto e pela doutoranda Débora Diana da Rosa.

Também em parceria com o Observatório, foi elaborada uma linha do tempo, desde 5 de novembro de 2015. O esforço inicial da equipe foi por localizar reportagens, livros, relatórios e demais documentos que tratassem de questões relacionadas ao rompimento da barragem e às suas consequências e a seguir sistematizá-los. As principais fontes de informação acessadas foram jornais de

grande circulação nacional, como Folha de São Paulo e regional, Estado de Minas, além de informações contidas em sites de instituições como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e em documentos, livros e relatórios. O acesso a fontes, como o site do MAB e também páginas de grupos de atingidos e movimento sociais, é uma forma de não apenas ressaltar os dados institucionalizados, mas também enfocar vozes que constantemente são silenciadas ou invisibilizadas.

Outras ações têm sido realizadas. As destacadas anteriormente deixam evidente a necessidade de, diante de um problema como o desastre de Mariana e rio Doce, a universidade se articular nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão para colaborar de forma continuada. A mobilização dos diversos setores e áreas da universidade é uma tarefa com muitos desafios, mas tem sido avaliada, em uma análise preliminar, como de impacto para os atingidos, para os estudantes em formação e para as pesquisas e intervenções.

### **Considerações finais**

- 1. Capacidade de agir, apesar do medo*
- 2. O que os moradores tiveram para correr da lama*
- 3. Defender muito o que nos interessa e o que acreditamos.*

(Coluna: A gente Explica – *Jornal A Sirene*, Ed. n. 2, abril de 2016).

Qual o papel da universidade diante de um desastre como esse? Desastre que, como uma tragédia anunciada, trouxe à tona problemas complexos e estruturais da sociedade brasileira e que exigem uma ação ampla, continuada e de grande escala. A experiência do Programa Participa UFMG e o diálogo intenso com população atingida e seus representantes, organizações e instituições de direitos, empresas, universidades e organismos internacionais tem nos mostrado que, ainda que os problemas sejam complexos, a universidade tem a obrigação de cumprir sua função pública disponibilizando o que ela tem de melhor para colaborar com os atingidos na luta e na reconstrução de suas vidas, nos aspectos materiais e imateriais. O desafio exige uma postura não ingênua, atenta às dinâmicas de poder, às hierarquias de lugares e saberes que são atualizadas e reforçadas, aos conflitos e disputas presentes e que operam de forma muito sofisticada - o que exige análise crítica constante. Um dos grandes desafios refere-se aos recursos financeiros para um projeto dessa envergadura.

Mas, destacamos que esse processo tem propiciado à universidade a autor-reflexão e, em um gesto de autocrítica, pode se deparar com problemas internos que também precisará enfrentar: as lógicas disciplinares que marcam a organização da universidade que precisam ser desconstruídas, a posição colaborativa e dialógica deve orientar a relação da universidade com outros setores da socie-

dade, as perspectivas tecnicistas, que, muitas vezes, se constroem em oposição às questões humanas devem ser revisadas.

Como nos ensinam os atingidos, é preciso ter coragem para a realização dessa grande empreitada.

## Referências

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Comissão Especial "Atingidos por Barragens" *Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07*. 2010. Disponível em: [http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final\\_0.pdf](http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final_0.pdf)

IBAMA. *Laudo Técnico Preliminar*. 2015. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias\\_ambientais/laudo\\_tecnico\\_preliminar.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar.pdf)

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5). 1995.

LOSEKANN, C.; MILANEZ, B.(orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital. 2016.

MAYORGA, C; ZILLER, J.; MAGALHÃES, M., & SILVA, S. O problema que não tem nome: Metodologia para o estudo das desigualdades. In: C. Mayorga (Org.), *Universidade cindida: universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade* (1a. ed., pp. 151-180). Belo Horizonte: UFMG. 2010.

ZHOURI, A. *et al.* O desastre de Mariana: Colonialidade e Sofrimento Social. In: Zhouri, A.; Bolados, P., Castro, E. (orgs.) *Mineração na América do Sul – Neoextrativismos e Lutas Territoriais*. Annablume. 2010. p. 45-66.